

*A poesia brota
do Cerrado,
lírica e telúrica,
como as flores
do ipê florescem
na Primavera*

*Amo o quê há de
ambíguo num
porto de mar, que
convida a partir e
ensina a ficar...*

Cassiano Nunes

**DF
LETRAS**

A REVISTA CULTURAL DE BRASÍLIA

ANO IV

Nº 39/43

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

IMPRESSO

CONTRATO Nº 3956/91
ECT/CÂMARA LEGISLATIVA/DF
UP: AC/CÂMARA LEGISLATIVA

Que rumo está tomando a pesquisa em nosso país?

□ Maria Luiza Roque

Trata-se de uma posição em defesa da cultura clássica, segundo ressalta a autora da resenha crítica. Entendemos que a discussão é válida e a nossa tribuna adequada para este tipo de debate. Portanto, ficamos limitados apenas aos aspectos acadêmicos da obra citada, no campo do conhecimento, sem quaisquer objetivos de cunho pessoal.

Há algum tempo atrás a Editora da UnB publicou um livro de autoria de Janete Melasso Garcia, intitulado *Introdução à teoria e prática do latim*. Há alguns dias atrás, um ex-aluno pediu-me que o examinasse. Resolvi atender seu pedido e iniciar a leitura do referido livro. Questionei-me, então, como pôde tal trabalho contar com o apoio do CNPq/PIBIC/UnB e ter sido editado pela própria Editora da UnB. Durante muito tempo silencieei a respeito das deficiências do Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula, onde trabalhei, porque sabia que eu era uma "vox clamantis in deserto" e não iria encontrar eco. Con-

tudo, agora que li a publicação em pauta, não poderia deixar de tornar pública minha opinião a seu respeito porque tenho a obrigação de defender não só a cultura clássica, mas também os alunos que vêm utilizando tal livro em seus estudos de latim. Esta "obra", por incrível que pareça, já está na segunda edição "revista". Imagino, então, como foi a primeira! E eu me pergunto: onde estavam o Instituto de Letras (com seus professores de Português, Latim e Linguística), o Conselho Editorial da Editora da UnB, o CNPq e o PIBIC, quando deixaram sair tal publicação? E por que parecerista foi aprovada? Pelo que consta, a Editora, antes de aceitar um livro, envia-o a um parecerista. Minha intenção não é criticar sem fundamento. Fundamentarei minha crítica citando apenas alguns "enganos" da autora. Digo "alguns" porque seria um trabalho hercúleo nomear todos. Convém ressaltar que fiz somente um exame rápido do livro. Mesmo assim, não consegui terminá-lo, pois minhas forças esgotaram-se à p. 128 e, a partir desta, passei somente a folheá-lo.

Em princípio, quero chamar a atenção para as definições iniciais de declinação, morfologia e sintaxe contidas nas p. 24 e 26, que não são corretas. Declinação não é "um conjunto de casos que uma palavra pode apresentar", mas declinação é flexão, isto é, uma mudança na forma de uma



palavra, feita para expressar sua relação com outras palavras. A autora resume caso e sintaxe assim: “caso é morfologia e sintaxe é função”. Mas não é bem assim. Casos são as funções que cada palavra pode ter pelas terminações que recebe. Morfologia é o “estudo das palavras e de todos os seus processos de formação, detendo-se especialmente no exame de flexão, isto é, da declinação e da conjugação”. (v. Faria, Ernesto, *Gramática superior da língua latina*, p. 48). Sintaxe é o uso e a disposição das palavras na frase dentro de um contexto e a relação lógica das frases entre si, com uma construção gramatical correta (v. H.B., Aurélio, *Novo Dic. da L. P.*).

Do ponto de vista gramatical, citei alguns exemplos relevantes dentre os muitos. À p. 26, no exemplo (c): *dei alimento para a rã*, o simples complemento indireto do verbo dar é analisado como complemento de interesse em latim! Este erro é bastante elementar, pois outra maneira de dizer a mesma sentença seria: *dei alimento à rã*. É como em português, isto é, simplesmente um objeto indireto: *rae cibum dedi*. Para a solução da pequena sentença *bona cena Alexandro erit* (p. 69), aconselho a autora a ler o Prof. Ernesto Faria (*op. cit.*, p. 349, 351, 352), onde o autor explica o que é um simples dativo, dativo de posse e dativo de interesse. A cansativa explicação da autora, à p. 67, é confusa, pois não sabe como resolver o que lhe parece um problema e trata de três maneiras esta construção do verbo *sum* com dativo. Ao tratá-la como dativo de interesse, com certeza deve ter confundido a construção do verbo *sum* com dois dativos: um dativo de interesse e outro que serve para indicar a consequência ou efeito de uma coisa. E.g.: *his difficultatibus duae res erant subsidio* (Caes., *B. Gal.*, 2,20,3). Não é o caso



da sentença acima, onde há somente um dativo: *Alexandro*. Eis um exemplo de dativo de interesse: *Non scholae sed vitae discimus* (Sen. *Ep.*, 44,2). Como está demonstrado, a Sra. Melasso confunde simples dativo com dativo de interesse e dativo de posse. Na mesma página, no exemplo (f): *a mosca foi comida pela rã*, o agente da passiva *pela rã* é analisado como adjunto adverbial, e esta análise é reforçada à p. 114: adjunto adverbial de instrumento. Eu diria que, seguindo o raciocínio da autora, se a mesma sentença estivesse na ativa: *a rã comeu a mosca*, o sujeito seria um adjunto adverbial de instrumento! Mais adiante, à p. 37, é apresentado um quadro precedido de uma explicação sobre a preposição *in* como se esta regesse somente acusativo. Em consequência disto, há confusão quanto ao uso da preposição nos textos. Assim, no Texto 1, à p. 68, lê-se: *vita in arua ardua est...*, regendo acusativo, quando deve reger ablativo: *in aruis*. Em outra ocasião, quando deveria ser usado o acusativo, encontra-

se o ablativo: *Capella maesta in lacu se iactavit*. Neste caso, deve ser usado o acusativo: *in lacum*. Erros primários! Outras vezes, usa a preposição *in* desnecessariamente, como no Texto 1 à p. 92, repetindo o mesmo erro duas vezes: *in Domitiani tempore* e *in imperatoris tempore*, quando a forma correta é *Domitiano tempore* e *imperatore tempore*. Passo a analisar agora o uso do pronome demonstrativo *is - ea - id*, declinado à p. 65 e traduzido corretamente como demonstrativo e pessoal. Entretanto, não aparece nos textos como pessoal sequer uma vez. Ele é substituído por *ille - illa - illud*: p. 68, *illi*: p. 69, *illis*: p. 70, etc. Observa-se também certo descaso quanto à construção de verbos em latim. Assim, ao explicar o subjuntivo à p. 116, dá um pequeno exemplo com um grande erro de regência: *Volo facias* (negligenciada aqui a grafia do U, de que a autora faz tanta questão), em que *volo* está usado com subjuntivo, quando os verbos que significam “querer” (*verba voluntatis*), como *volo*, são construídos com infinitivo ou oração infinitiva, o que corresponde em português ao infinitivo objetivo e à oração objetiva direta. Ainda, à p. 106, encontra-se o verbo *propinquare* empregado com *ad + acus.*: *ad extremum campanae propinquauerant*, quando *propinquare* é usado com o dativo denominado de aproximação (v. Besselaar., J., van den, *Propylaeum latinum*, par.77, 1,3, n.2). A seguir, o leitor deve atentar bem para uma incrível explicação dada pela autora a fim de conseguir justificar um gritante erro de gramática que sequer notou. Na terceira linha do Texto 2, à p. 68, chamo a atenção para as seguintes sentenças: *Magister puero libri fabulam narrat. Fabula de apro, capro et Alexandro fabro narrat*. Uma absurda explicação para estas linhas encontra-se à p. 67: “Na linha 3, o aluno deve notar a construção da forma verbal *narrat* como transitiva e, na linha 4, como intransitiva.” (!!!) Ora, com certeza a Sra. Melasso não notou que há um erro evidente na segunda sentença, pois *fabula* deveria estar em

acusativo: *fabulam*, pois é o objeto direto de *narrat*; o sujeito deste está oculto na segunda sentença: *magister*. Depois disto, acredito que devo interromper por aqui os comentários gramaticais, apesar de ter anotado inúmeros outros.

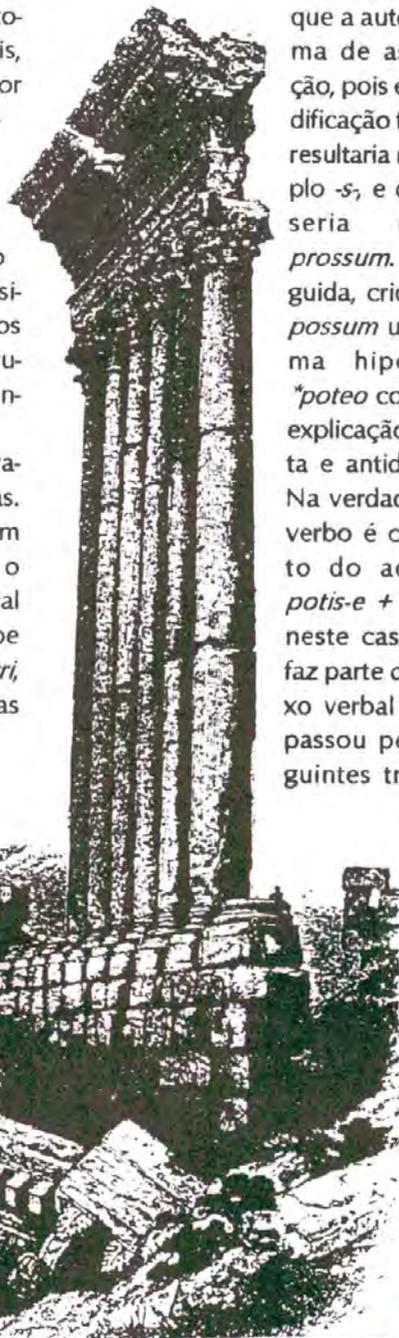
Desejo, também, fazer uma observação sobre a nota ao Texto 1, à p. 66, em que a autora se refere às denominações dos instrumentos: *tibia*, *avena*, *cicuta*, *calamus*, *fistula*, *stipula*. Ela escreve a seguinte nota: “Nas linhas 13 e 14 do texto encontram-se várias denominações para a flauta; a diferença está no material usado para confeccioná-la...” Na verdade, nem todos estes instrumentos eram iguais, tanto na forma como no som, pois, por exemplo, a assim denominada flauta de Pan era feita de canudos de tamanhos diferentes e tocava-se como a gaita; a *tibia* tinha o som do “aulo” que era semelhante ao oboé. – A não ser que a autora considere a flauta e o oboé instrumentos iguais. – Assim, cada um destes instrumentos tinha sua característica distinta.

Seguem-se, ainda, algumas observações quanto às explicações fonéticas. À p. 80, *pater* é analisado como um radical desenvolvido. Entretanto, o nominativo e o vocativo têm o radical puro, i.e., *pater*, ocorrendo a síncope do *-e-* a partir do genitivo: *patris*, *patri*, etc. Basta conhecer as formas gregas

não sincopadas *patér*, *patéros*, *patéra*, *páter*, e as sincopadas *patrós*, *patri*, *pátra*, para saber que se trata de um radical em *-e-* com síncope a partir do genitivo singular. À p. 159, a forma hipotética **prodsum* não tem razão de ser, pois a dental não faz parte do prefixo que é a preposição *pro-*, mas é apenas uma eufonia que apareceu para evitar o encontro vocálico nas formas do verbo *sum* que se iniciam por vogal: *prosum*, *prodes*, *prodest...* etc. Por outro lado, se, de fato, tivesse existido a forma **prodsum*, teria havido enfraquecimento e síncope da dental antes do *-s-* e não o

que a autora chama de assimilação, pois esta modificação fonética resultaria num duplo *-s-*, e o verbo seria escrito *prossum*. Em seguida, criou para *possum* uma forma hipotética **poteo* com uma explicação inexata e antididática. Na verdade, este verbo é composto do adjetivo *potis-e + sum* e, neste caso, o *-t-* faz parte do prefixo verbal *pot-*, e passou pelas seguintes transfor-

mações fonéticas: *potesum* > *potsum* > *possum*, isto é, queda da vogal entre a dental e a sibilante, assimilação da dental, recobrando esta nas formas em que o verbo se inicia por vogal: *potest*, *poteram*, etc. A forma de infinitivo resultou *posse* pelo mesmo processo. Em alguns autores do período arcaico encontram-se também formas como *potesse* (Plauto, *Cist*, 30; *Most*, 10, etc.), que deu *potere* na baixa latinidade e, depois, o italiano “potere” e o português “poder”. À p. 77, a forma de genitivo *oris* é explicada pelo rotacismo. Como pode acontecer o rotacismo numa palavra cujo radical já termina em *-r-*, pois, tirando-se do genitivo *oris* a terminação *-is*, resta seu radical *or-*. Alguns nomes como *mors*, *mortis* conservam o grupo consonantal em final de palavra, outros não. Assim, *os*, *oris*, *cor*, *cordis*, etc. Não existe um critério adotado pela autora para encontrar a raiz de uma palavra pois, ao tratar de *ager*, em nota à p. 52, fala de um radical desenvolvido, portanto, considerou a raiz a partir do genitivo. Contudo, se em *os*, *oris* diz ter havido um rotacismo, tomou seu nominativo como base para encontrar a raiz. Quanto à divisão de um vocábulo, há confusão em todo o livro. Não se fala em sufixo temporal, mas infixos (que não existe em latim), confundindo este com aquele (p. 60, 113, etc.). Já que a finalidade do livro é também dar explicações fonéticas, devia, pelo menos, saber separar corretamente os elementos de um vocábulo. Chama de desinência a vogal *-o-* que, na verdade, no presente foi resultante de uma alternância da vogal temática pela perda da desinência *-m*, o que se pode comprovar em Plauto (*Merc*, 304), em que a palavra *AMO* forma um jambo no final, o que mostra a existência daquela desinência (cf. Meillet-Vendreyes, *Grammaire comparée des langues classiques*, p. 148). Para quem conhece o verbo grego, sabe que este passa por transformação semelhante no presente e no futuro do indicativo (cf. Mancini, Augusto, *Grammatica della lingua greca*, par. 150).



Para que se tenha uma idéia da quantidade de “enganos” encontrados no livro somente com o rápido exame feito até a p. 128, além dos acima citados, as seguintes páginas apresentam erros, sendo que, em algumas delas, foram encontrados dois a três deles. São elas: 19, 46, 47, 48, 59, 62, 67, 73, 91, 105, 107, 125, 128. E, com certeza, outros erros poderão ser apontados se se fizer exame mais cuidadoso.

O livro deixa muito a desejar, pois quem o escreveu demonstra até mesmo falta de formação no que se refere à gramática da língua portuguesa, falta de conhecimento da fonética (pois para conhecer bem a fonética da língua latina é preciso conhecer, além do grego, a fonética da língua grega), da morfologia e, acima de tudo, da sintaxe da língua latina e, em consequência disto, de sua estrutura. Desta forma, os textos, acompanhados de explicações, cuja finalidade seria a de auxiliar os alunos, servem para confundir ainda mais e, como estes são, geralmente, elementos passivos e sem base para uma crítica, aceitam os erros como verdades e, mais tarde, serão os veículos destes mesmos erros. Nos exemplos de sintaxe citados não há sequer um extraído de autores latinos. Quando o fez, como na p. 124, cita o autor e a obra, mas não a passagem. Em alguns textos a escolha do vocabulário também foi infeliz,

Acresce, ainda, que o livro se apresenta como um trabalho de pesquisa. Ora, uma pesquisa consiste na elaboração de um trabalho sério em que são consultados autores, cujas citações devem constar no livro no decorrer de sua exposição. A *Gramática superior da língua latina* do Prof. Ernesto Faria é um exemplo de trabalho sério, resultado de uma verdadeira pesquisa. Em uma pesquisa de composição de textos, é preciso registrar, em nota de rodapé, o nome do autor, do livro e, senão da passagem, pelo menos da página de onde foi extraída a citação ou aproveitada a idéia. A autora diz, na introdução, que a finalidade foi a de “produzir” material didático mas, qualquer que fosse sua destinação, deveria conter definições e explicações simples e corretas. O problema é muito grave pois, em primeiro lugar, deve ser questionada qual a qualidade de material didático, como foi “produzido” e, ainda, se a simples “produção” de material didático deste nível vale a pena resultar em publicação, mesmo como livro comum destinado ao ensino de latim. Para qualquer filólogo ou linguista, este livro é uma afronta à cultura.



Tanto mais grave pelo fato de ter sido considerado “pesquisa” e recebido apoio dos órgãos citados no início. “O tempora, o mores! Ubinam gentium sumus? In qua urbe vivimus?” O que está acontecendo com nosso país em matéria de cultura se, na UnB, considerada uma boa escola de ensino superior, pessoas que deveriam zelar pela qualidade das produções de sua Universidade permitem que tal absurdo aconteça? E, acima de tudo, deve-se questionar que requisitos são exigidos para se obter um grau de “mestre” no Departamento de

Linguística, Línguas Clássicas e Vernácula da Universidade de Brasília. Digo mais: não julgo a autora tão responsável quanto aqueles que a patrocinaram e continuam a patrociná-la.

Quero acrescentar, ainda, que não desejo provocar polêmicas nem discussões a respeito, pois considero minhas observações indiscutíveis. Quem tem ouvidos para ouvir, ouça.

Doutora em Letras (Língua e Literatura Grega PUC-SP); Master of Arts (Major Greek Minor Latin, University of Texas) e ex-professora de Língua e Cultura Clássica, do extinto Centro de Estudos das Línguas e Civilizações Clássicas da UnB.

como é o caso do Texto 3, à p. 69. Isto poderia ser relevado se a estrutura da língua fosse latina. Entretanto, na maioria das vezes, parece-me estar lendo uma nova língua: o “latinglês”. Contudo, quero ressaltar que os textos não chocam tanto quanto as “orientações” para trabalho nos textos.

